

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEIVAP, REALIZADA EM 16 DE**
2 **FEVEREIRO DE 2006, EM RESENDE – RJ.** Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de fevereiro de
3 2006, o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, realizou
4 a sua 1ª Reunião Ordinária do ano de 2006, na cidade de Resende - RJ, com a presença de 52
5 membros, entre titulares e suplentes, e justificadas as ausências, conforme lista de presença que
6 consta no final desta Ata, com a seguinte pauta: 1- Abertura – palestra do engenheiro Francisco
7 Lobato – “Aplicabilidade da Lei 9433/97 à luz de oito anos de experiências”; 2- Aprovação da
8 Ata da reunião anterior (de 23/08/05); 3- Informações da secretaria executiva do CEIVAP; 4-
9 Criação de fundo para atendimento a situações emergenciais na bacia do rio Paraíba do Sul; 5-
10 Apreciação da revisão dos critérios de cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul;
11 6- Manutenção da Agevap como entidade delegatária de funções de agência de bacia e de apoio
12 ao CEIVAP; 7- Apreciação da revisão de metas do Contrato de Gestão celebrado entre ANA e
13 AGEVAP; 8- Assuntos gerais. O coordenador de gestão da Agevap, Sr. Hendrik Mansur, chamou
14 para compor a mesa a diretoria do CEIVAP, o prefeito de Resende, Sr. Sílvio de Carvalho, e o
15 representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Rogério Bigio; além de registrar as presenças
16 de representantes dos governos do estado de São Paulo, Sr. Edilson de Paula Andrade; do estado
17 do Rio de Janeiro, Sra. Marilene Ramos; e do estado de Minas Gerais, Sra. Heloise Brant. Foram
18 registradas as presenças, também, de representantes das prefeituras de Aparecida, Piquete,
19 Jacareí, Santa Branca e Paraibuna (SP); de Itatiaia e Volta Redonda (RJ); de Juiz de Fora, Ubá,
20 Dona Euzébia e Barbacena (MG). Em seguida, o representante da FIRJAN no CEIVAP e no
21 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Sr. Mauro Ribeiro Viegas, entregou ao presidente do
22 CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de Souza (PM Jacareí-SP), uma cópia do Plano Nacional de
23 Recursos Hídricos, aprovado em 31 de janeiro de 2006. O presidente do CEIVAP passou a
24 palavra aos integrantes da mesa, a começar pelo Prefeito anfitrião, Sr. Sílvio de Carvalho. Após
25 manifestação dos integrantes da mesa de abertura, o presidente do CEIVAP abriu, formalmente, a
26 reunião convidando o engenheiro Sr. Francisco Lobato para iniciar a palestra “Aplicabilidade da
27 Lei 9433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos, à luz de oito anos de experiências”.
28 Terminada a palestra, o presidente deu início aos trabalhos, começando pela aprovação da Ata da
29 última reunião do CEIVAP, de 16/09/05. A 2ª vice-presidente do CEIVAP, Sra. Vera Lúcia
30 Teixeira (ong Nosso Vale!Nossa Vida), solicitou a seguinte correção nas linhas 127/128/129 da
31 referida Ata: na frase **A AGEVAP elaborará Termo de Referência (...) bem como os critérios**
32 **de habilitação e seleção dos potenciais proponentes (...),** acrescentar: **... e encaminhará à**
33 **apreciação do CEIVAP.** Ela solicitou, ainda, uma correção nas linhas 153/154, onde está
34 registrada a proposta que as reuniões das Câmaras Técnicas do CEIVAP sejam realizadas sempre
35 em Resende, que se acrescente: **(...) Ficou decidido que também as reuniões ordinárias do**
36 **CEIVAP devem ser realizadas sempre em Resende.** Feitas essas correções, a Ata foi aprovada.
37 Dando seqüência à pauta, a secretária executiva do CEIVAP, Sra. Maria Aparecida Pimentel
38 Vargas (CAT-LEO), fez as comunicações aos membros: informou que está marcada para o dia
39 09/03/06, na sede da CPRM, no Rio de Janeiro, uma reunião do grupo de integração dos
40 organismos da bacia do Paraíba do Sul. Esse grupo está assim formado: Comitê da Bacia
41 Hidrográfica da Bacia do rio Paraíba do Sul (CBH-PS ou Comitê paulista), Consórcio
42 Intermunicipal Para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Muriaé (MG-RJ), Consórcio
43 Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Pomba (MG/RJ), Comitê das
44 Bacias Hidrográficas dos Rios Pomba e Muriaé (MG/RJ), Associação dos Usuários das Águas do
45 Médio Paraíba do Sul (RJ), Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias dos Rios
46 Bengala, Negro, Grande e Dois Rios (RJ), Consórcio Interestadual para Recuperação e
47 Preservação da Bacia do Rio Carangola (MG/RJ), Consórcio Intermunicipal para Gestão e
48 Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Paraibuna (MG/RJ), Consórcio Intermunicipal

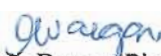
49 para Recuperação da Bacia do Rio Cágado (MG), Consórcio de Municípios e de Usuários da
50 Bacia do Rio Paraíba do Sul para Gestão Ambiental da Unidade Foz (RJ), Comitê da Bacia
51 Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias Hidrográficas dos rios Paquequer e Preto (RJ),
52 Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia do Baixo Muriaé, Pomba e
53 Carangola – CIRAB (MG/RJ) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
54 (CEIVAP). Com relação ao Convênio de Integração ANA-CEIVAP-DAEE-SERLA-IGAM para
55 a gestão integrada da bacia do rio Paraíba do Sul, ela informou que está sendo elaborado o Termo
56 Aditivo ao Convênio, o qual será apreciado pela Comissão de Acompanhamento do Convênio de
57 Integração (integrada por um diretor da ANA, pelo presidente da SERLA, pelo superintendente
58 do DAEE pelo diretor-presidente do IGAM e pela própria Maria Aparecida, representando a
59 Agevap, enquanto presidente do Conselho de Administração), em reunião marcada para o dia
60 04/04/06, às 15h, no Rio de Janeiro. Dessa reunião deverão participar, também, os três secretários
61 de estado de Meio Ambiente / Recursos Hídricos, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.
62 Quanto ao Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na
63 Bacia do Rio Paraíba do Sul, criado pela Deliberação CEIVAP nº 53/2005, a Sra. Maria
64 Aparecida esclareceu que as entidades integrantes desse grupo, conforme disposto na Deliberação
65 nº 53, são Light, CESP, Furnas, DAEE, SERLA, IGAM, CEIVAP, Comitê do Guandu, ANA
66 ANEEL, ONS, três municípios da bacia e os órgãos estaduais de controle ambiental. Ela solicitou
67 que essas entidades, órgãos e prefeituras indiquem seus representantes para constituir o grupo,
68 ressaltando tratar-se de um grupo operacional, essencialmente técnico. O Sr. Marcelo de
69 Carvalho, representante de Furnas Centrais Elétricas S.A., foi indicado para ser o coordenador do
70 referido grupo. A Sra. Vera Saboya, representante da Secretaria de Estado de Energia, Indústria
71 Naval e Petróleo do Rio de Janeiro – SEINPE, questionou a não inclusão da referida Secretaria na
72 formação do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica, pelo
73 menos como convidada permanente. A secretária executiva do CEIVAP explicou que agora não é
74 mais possível incluir a SEINPE, formalmente, porque a formação do grupo foi definida por
75 Deliberação do CEIVAP, mas pode-se propor sua participação informalmente. Fazendo uso da
76 palavra o Sr. Marcelo Carvalho informou que estaria articulando uma reunião do GT para os
77 próximos dias e solicitou apoio da AGEVAP para mobilização e divulgação desta reunião. A Sra.
78 Maria Aparecida pediu ao representante de Furnas que formalize essa posição junto à Agevap.
79 Continuando os comunicados, a secretária executiva entregou ao presidente do CEIVAP a
80 avaliação da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do 2º Relatório sobre a Execução do
81 Contrato de Gestão do - 1º semestre de 2005, o 3º Relatório sobre a Execução do Contrato de
82 Gestão - 2º semestre de 2005 e leu o parecer do Conselho de Administração da Agevap sobre o
83 mesmo, o qual está transcrito a seguir: *O Conselho de Administração da Agevap, reunido no dia*
84 *30 de janeiro de 2006, em Resende, RJ, em atendimento à convocação constante da Pauta da 1ª*
85 *Reunião Ordinária em 2006, para análise do Relatório sobre a Execução do Contrato de Gestão*
86 *referente ao 2º semestre de 2005, e prestação de contas do ano 2005, conforme determina o Art.*
87 *X do Estatuto, deliberou por unanimidade aprovar o presente Relatório. Considerou oportuno*
88 *apresentar, como feito no Relatório do 1º Semestre de 2005, algumas ponderações, com vista a*
89 *aprimorar a revisão bilateral do Contrato de Gestão, celebrado entre a ANA e AGEVAP:1)*
90 *Reafirmamos, como citado no relatório anterior, que o prazo de 30 dias para tabulação dos*
91 *dados, elaboração, envio aos membros do Conselho de Administração, parecer sobre as contas*
92 *pelo auditor independente e Conselho Fiscal, avaliação e a aprovação deste Relatório, é*
93 *manifestadamente insuficiente e compromete a qualidade da avaliação da entidade e o*
94 *cumprimento da missão deste Conselho;2) A frequência irregular de transferência dos recursos*
95 *financeiros para a AGEVAP gerou inseguranças operacionais, que somente foram sanadas no*
96 *final do ano, comprometendo o cumprimento de metas e refletindo diretamente na avaliação do*

97 *Contrato de Gestão;3) O Conselho de Administração está plenamente convencido de que os*
98 *indicadores de desempenho estabelecidos no Contrato de Gestão não medem corretamente os*
99 *trabalhos desenvolvidos e as funções de entidade delegatária de agência de águas, exercidas*
100 *pela AGEVAP, que têm sido, em nosso entendimento e considerando seu caráter pioneiro,*
101 *eficazes e muito bem feitos. A manutenção rígida do atual processo de avaliação significará,*
102 *caso mal interpretado, risco para o processo participativo e descentralizado preconizados pela*
103 *Lei 9.433. Em função disto, estamos solicitando -- com a devida comunicação e manifestação*
104 *também do CEIVAP, e embasados nas justificativas deste Relatório -- que a ANA e a Comissão*
105 *de Avaliação e Acompanhamento do Contrato de Gestão eliminem da avaliação de desempenho*
106 *do presente semestre os indicadores 1a, 1b, 1d e 2c e manifestem, em expediente específico à*
107 *AGEVAP e ao CEIVAP, a sua avaliação final, em função de todas essas nossas considerações.*
108 Por fim, a Sra. Maria Aparecida comunicou o desligamento do diretor da Agevap, João Jerônimo
109 Monticeli, a partir do dia 31 de março, e manifestou seu pesar por essa perda que ela considera irreparável,
110 destacando o dinamismo imprimido pelo diretor João Jerônimo à operação da Agevap. Na seqüência, o
111 presidente do CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de Souza, iniciou os trabalhos de análise das minutas de
112 deliberação, apresentando, primeiramente, para apreciação do plenário, a Deliberação que dispõe sobre a
113 criação de Projeto de Atendimento a Situações Emergenciais na Bacia do Rio Paraíba do Sul. A secretária
114 executiva, Sra. Maria Aparecida, propôs a retirada dessa deliberação da pauta da reunião, com
115 encaminhamento de que volte para a Câmara Técnica de Planejamento e Investimento, para nova análise,
116 considerando que o texto apresentado não está dentro do espírito da proposta de atuação do CEIVAP
117 diante de situações emergenciais na bacia. Dando continuidade à análise das minutas de deliberações,
118 passou-se à Deliberação nº 57/2006, que dispõe sobre a manifestação diante da celebração do Terceiro
119 Termo Aditivo ao Contrato de Gestão celebrado entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a
120 Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, que foi
121 aprovada como está, depois da explanação do diretor da Agevap, Sr. João Jerônimo, sobre a necessidade
122 de revisão das metas e indicadores do contrato de gestão. Na seqüência, foi votada a Deliberação nº
123 58/2006 que dispõe sobre a manutenção da Associação Pró-gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do
124 Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, no desempenho das funções de Secretaria Executiva do CEIVAP e
125 demais funções e atividades inerentes à Agência de Água do Comitê para Integração da Bacia
126 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, até 31/12/2010. Depois de pequenas alterações, de forma, na redação
127 da mesma, propostas pela Sra. Ninon Machado Leme Franco (Instituto Ipanema-RJ), a Deliberação nº 58
128 foi aprovada, ficando assim seu cabeçalho: **Dispõe sobre a prorrogação da delegação à Associação Pró-**
129 **gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP das funções inerentes à**
130 **Agência de Água do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul -**
131 **CEIVAP;** e desta forma seu Artigo 1º: *Prorrogar a delegação à Associação Pró-gestão das Águas da*
132 *Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul das funções de Secretaria Executiva e demais atividades*
133 *inerentes à Agência de Água do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul,*
134 *até 31 de dezembro de 2010.* Por fim, o presidente do CEIVAP submeteu ao plenário duas minutas de
135 deliberação referentes à revisão dos critérios da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul:
136 uma que dispõe sobre a manutenção dos mecanismos e valores atuais da cobrança pelo uso das águas na
137 bacia, até 31 de dezembro de 2006; e outra que dispõe sobre a introdução de um novo coeficiente na
138 fórmula adotada para a cobrança. A Sra. Maria Cristina Yuan (IBS) propôs a retirada da pauta, da
139 deliberação que altera a fórmula, por considerar contraditório aprovar duas deliberações sobre a mesma
140 matéria, sendo que uma dispõe sobre a manutenção do que está em vigor; e a outra, ao contrário, altera. A
141 proposta da representante do IBS foi endossada, declaradamente, pelo representante da prefeitura de Volta
142 Redonda - RJ, Sr. Lincoln Botelho, e acatada por todos. Em seguida, a Sra. Maria Cristina propôs
143 alterações na redação da Deliberação nº 56/2006, que dispõe sobre a manutenção dos critérios da
144 cobrança, ficando assim o cabeçalho: **Dispõe sobre a manutenção dos mecanismos e valores atuais da**
145 **cobrança pelo uso das águas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a vigorar de 01 de abril**
146 **de 2006 até 31 de dezembro de 2006.** O número de artigos foi reduzido de 5 (cinco) para 3 (três), ficando
147 assim a redação do Artigo 1º: **Ficam mantidos até 31 de dezembro de 2006, os termos, condições e**

148 valores atuais da cobrança pelo uso das águas na Bacia do Rio Paraíba do Sul, aprovados pelo
149 CNRH conforme Resoluções nº 19, de 14 de março de 2002, e nº 27, de 20 de novembro de 2002,
150 bem como a Deliberação CEIVAP nº 52/2005. Parágrafo único: O CEIVAP terá até 31 de agosto de
151 2006 para aprovar as metodologias e critérios de cobrança, a serem implementados a partir de 01 de
152 janeiro de 2007. O item II do Artigo 2º foi modificado assim: II- à ANA, para as providências cabíveis.
153 A Deliberação CEIVAP nº 56/2006 foi aprovada com as alterações acima. A Câmara Técnica Institucional
154 e o plenário do CEIVAP terão até agosto para elaborar e aprovar a revisão dos critérios da cobrança, a
155 vigorar a partir de 01 de janeiro de 2006. Aproveitando o tema em pauta, o Sr. Fernando Lino do
156 Nascimento (Light-RJ) manifestou-se sobre a cobrança das Pequenas Centrais Hidrelétricas, dizendo não
157 existir respaldo legal para se cobrar das PCHs, na forma como está disposto na Deliberação CEIVAP nº
158 15/2002. A Srª Maria Aparecida Vargas informou que já está em negociação com a Agência Nacional de
159 Águas, através de seu diretor, Dr Oscar Cordeiro, que na ocasião da revisão dos critérios de cobrança a
160 ANA apresentará ao CEIVAP a mesma sugestão que foi apresentada ao PCJ e incluída em um parágrafo
161 do artigo referente à cobrança de PCHs em que esta cobrança só se efetivará após os órgãos da União
162 diretamente relacionados com o assunto se posicionassem. O Sr. Cândido Menconi (Kaiser-SP) manifestou
163 sua posição no sentido de que o CEIVAP delibere, ainda este ano, sobre a cobrança dos outros setores de
164 mineração, além da extração de areia em leito de rio, que já está pagando desde 2004. Encerrados os
165 trabalhos deliberativos, o Sr. Edilson de Paula Andrade, representante da Secretaria de Estado de Recursos
166 Hídricos, Energia e Saneamento de São Paulo, e secretário executivo do CBH-PS – Comitê do trecho
167 paulista, apresentou um vídeo sobre o sério problema de proliferação de macrófitas no trecho paulista do
168 rio Paraíba do Sul. O Sr. Edilson informou que o Consórcio dos prefeitos dos municípios do trecho
169 paulista - CODIVAP está pleiteando, junto ao CEIVAP/Agevap, a verba de R\$ 400 mil, dos recursos
170 oriundos da cobrança pelo uso da água, arrecadação de 2006, para custear intervenção na área atingida.
171 Fazendo uso da palavra o Sr. Marcelo Morgado - CIESP cobrou da ANA agilidade na liberação das
172 outorgas, já que usuários industriais paulistas não as receberam desde a declaração em out/02. Lembrou
173 que isto pode trazer prejuízos, na medida em que o esforço p/ reúso e redução de consumo de água e/ou
174 maior eficiência de remoção de carga orgânica (DBO5), não seriam premiados com incentivo por revisão
175 da cobrança. O Sr. Patrick Thadeu Thomas argumentou que independentemente do atraso na emissão de
176 outorgas, ajustes via GESTIN permitiam automática redução do valor com emissão de novos boletos, não
177 sendo necessário aguardar o final do exercício. O Sr. Marcelo Morgado continuou propondo que reuniões
178 fossem realizadas em locais que merecem ser conhecidos in loco pelos membros do CEIVAP como
179 transposição em Santa Cecília, usinas de Paraibuna, Funil etc., que poderiam eventualmente receber o
180 plenário e sem qualquer ônus. Encerrando a reunião, o presidente do CEIVAP propôs, e foi aprovada, uma
181 moção recomendando que todas as prefeituras da bacia criem lei municipal tornando obrigatório que todo
182 loteamento novo, para aprovação, deve prever, em seu projeto, o tratamento do esgoto. Nada mais
183 havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos os membros do Plenário, das autoridades e
184 dos demais convidados, e declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim,
185 Virgínia Dias Calaes, secretária *ad hoc*, e assinada pelo presidente do CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de
186 Souza, e pela secretária executiva, Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas.

187
188
189 Resende, 16 de fevereiro de 2006

190
191
192 Marco Aurélio de Souza
193 Presidente do CEIVAP


194 Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
195 Secretária executiva do CEIVAP

196 LISTA DE PRESENÇA

197
198 **União:** Rogério Soares Bigio (MMA/SRH)
199

200 **Minas Gerais:** Ana Lúcia Bahia (FEAM); Heloise Brant representando Paulo Teodoro de Carvalho
201 (IGAM); Willians M.C.de Lima (PM Juiz de Fora); Marcos Barreto representando Dirceu dos Santos
202 Ribeiro (PM Ubá); Luiz Fernando Ribeiro (PM Dona Euzébia); Wagner Soares Costa (FIEMG); José Luiz
203 de Barros representando Carlos Alexandre de Miranda (Belgo Siderurgia S.A.); Edson Machado Gomes
204 Pinto (COPASA); Marcelo Mello do Amaral (CESAMA); Maria Aparecida B. P.Vargas (CAT-LEO) e
205 representando Manoel Otoni Neiva (CFLCL); Lúcia Helena Baldanza (UNIPAC) e representando Felício
206 Brum Lugão (Coletivos Muricense / Associação Comercial de Muriaé) e Antônio José Francisco
207 (Consórcio da Bacia do Muriaé); Georgina Maria Mucci (FUNCEC); Galba Rodrigues Ferraz (OAB-
208 Cataguases); Humberto Ferreira de Oliveira (Consórcio do Pomba).

209
210 **São Paulo:** Edilson de Paula Andrade (SERHS); Marcos Martinelli (SEAA); Luiz de Gonzaga Santos
211 (PM aparecida); Alex Vilar Ferreira representando Otacílio Rodrigues da Silva (PM Piquete); Marco
212 Aurélio de Souza (PM Jacareí); Marcílio Pereira Campos Filho (PM Santa Branca); Marcelo Morgado
213 (CIESP); Marcos André Sobra Escada (REVAP); Cândido Menconi (Kaiser); Hamilton Zanola
214 (Votorantin); Mário Leonel Regazzini (EMBRAER); José Bosco F. de Castro (SABESP); José Tadeu F.
215 Guimarães (Sindicato Rural de Guaratinguetá); João Alberto Cardoso de Oliveira (CESP); Renan Caratti
216 Alves (SAAE Jacareí); Davi Lino Monteiro (ABES-SP); Maria Regina de Aquino Silva (FVE); Iria
217 Vendrame (ITA).

218
219 **Rio de Janeiro:** Vera Lúcia Saboya (SEINPE); Marilene Ramos (SERLA); Lincoln Botelho da Cunha
220 (PM Volta Redonda); André Lermontov representando Paulo César Moreno (Águas do Paraíba); Isabel
221 Cristina da Silva (SAAE Volta Redonda); Leila Heizer (CEDAE); Renine César de Oliveira (SAAE Barra
222 Mansa) e representando Roosevelt Brasil (AMPAS); Mauro Ribeiro Viegas (FIRJAN); Fernando José
223 Lino do Nascimento (Light); Marcelo Roberto Rocha de Carvalho representando Sérgio Dias Canella
224 (FURNAS); Vera Lúcia Teixeira (NVNV); Ninon Machado Franco (Ipanema); Fátima Casarin
225 representando Marco Antônio Pinto Barbosa (Consórcio BNG2); Adacto Benedicto Ottoni (CREA-RJ);
226 José Alfredo Sertã (ABES-RJ).

227
228 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

229
230 Benedito Jorge dos Reis (FEMAMT-SP), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN-RJ), Madalena Sofia de
231 Oliveira (PM Barra do Piraí-RJ), Joaquim Arildo Borges (SEAPA-MG).

gw.